



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP: 36.970-000

LEI MUNICIPAL N.º 1.615/2014.

“Autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Manhumirim, realizar contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Manhumirim, autorizado a realizar a contratação de pessoal, a título precário e por tempo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público no Município, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição da República.

Parágrafo Único – A contratação a que se refere este artigo, decorre da necessidade de manter em atividades os serviços de saneamento básico e de tratamento de água junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Manhumirim.

Art. 2º - Referida autorização é para convalidação dos cargos já existentes, tendo em vista o findar dos contratos administrativos dos seguintes cargos:

Item	Quantidade	Descrição do Cargo	Valor
01	02	Motorista	R\$ 724,00
02	02	Auxiliar Administrativo	R\$ 724,00
03	15	Operário	R\$ 724,00
04	03	Oficial de Manutenção e Reparos	R\$ 724,00
05	02	Vigia	R\$ 724,00
06	03	Técnico Administrativo	R\$ 724,00
07	03	Auxiliar de Tratamento de Água	R\$ 724,00
08	01	Químico	R\$ 1.137,71
09	02	Fiscal Leiturista	R\$ 724,00

Parágrafo Único – Referida contratação e remuneração dos cargos supra mencionados, é de acordo com a Lei Complementar nº 10/2009 e suas alterações, Lei Complementar nº 11/2011 - EXE.

Art. 3º - A contratação objeto desta lei, revestir-se-á de ato formal, regido pelo Direito Administrativo e observará, quanto à sua duração, o prazo máximo de 04 (quatro) meses.

Art. 4º - Somente poderão ser contratados, nos termos desta Lei os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

- I** - Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II** - Ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III** - Estar em pleno gozo dos seus direitos;
- IV** - Estar quites com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- V** - Ter boa conduta;
- VI** - Apresentar atestado médico comprovando estar em gozo de boa saúde física e mental;
- VII** - Certificado de Conclusão do Curso para as respectivas funções, caso exigido;

Rua Roque Porcaro Júnior – nº 13 – Centro Tel. (33)3341-1424

CEP 36.970-000 – Manhumirim – Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP: 36.970-000

Art. 5º - O contratado, a que se refere a presente Lei, estão sujeitos aos mesmos deveres, proibições e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos nos termos da Constituição Federal.

Art. 6º - Ocorrerá a rescisão contratual:

- I** - Término do prazo contratual;
- II** - A pedido do contratado, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;
- III** - Pela conveniência da Administração Municipal, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;
- IV** - Quando o contratado ocorrer falta disciplinar
- V** - Na hipótese de insuficiência de desempenho evidenciado por avaliação específica;
- V** - Descumprimento de cláusulas contratuais, falta grave ou falta já punida com advertência e suspensão disciplinar, de acordo com o Estatuto dos servidores Públicos Municipais;

Art. 7º - Os requisitos básicos de contratação, a jornada de trabalho e o descanso do contratado, serão de acordo com as Leis Municipais e subseqüentes alterações.

Art. 8º - O tempo de serviço prestado em virtude da contratação de que se trata esta Lei será contado para os devidos fins de direito.

Parágrafo Único. O regime Previdenciário será o do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, nos termos dos artigos 39 e 40 da Constituição Federal, c/c a Lei Municipal nº 1.179/2000.

Art. 9º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da SAAE de Manhumirim, conforme constar em seu orçamento.

Art. 10 - Fica o SAAE de Manhumirim, no prazo máximo de 03 (três) meses, a contar da aprovação da presente lei, obrigado a realizar processo seletivo para preenchimento de seus cargos, nos moldes da legislação pertinente.

Art. 11 - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2014.

Manhumirim/MG, aos 08 de agosto de 2014.

Darci Maria Braga da Cruz
Prefeita Municipal